



Câmara Municipal de Lajinha

Estado de Minas Gerais

LEI ORDINÁRIA Nº 1.473/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher, e fixa outras providências.

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo através da Secretaria Municipal da Saúde autorizado a criar o Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher.

Art.2º - O Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher terá como objetivo fundamental disponibilizar orientações, ações preventivas e educativas visando à garantia ao acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade da mulher e do casal que tenha ao menos 02 (dois) filhos e ambos maiores de 25 anos de idade em conformidade com a Lei Federal nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.

Art.3º - O Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher além do disposto no artigo anterior orientará o planejamento familiar por esterilização cirúrgica com método contraceptivo através da laqueadura tubária, vasectomia ou de outro método cientificamente aceito, sendo vedado o incentivo a cirurgia de histerectomia e ooforectomia.

Art.4º - O presente Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher deve ser criado e gerido pelos órgãos municipais de saúde visando sempre tornar o programa dinâmico e de fácil entendimento.

Art.5º - O Programa também disponibilizará palestras e seminários com temas voltados à saúde da mulher correlatos à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e doenças em geral relativas à mulher, ao câncer de mama e útero, a práticas físicas específicas e ao bem estar mulher.

Parágrafo único. As palestras e seminários que o artigo anterior se refere poderão ser ministrados em escolas públicas municipais principalmente nas escolas públicas rurais da municipalidade.

Art.6º - Os órgãos responsáveis pela implantação e execução do Programa de Incentivo ao Planejamento Familiar e à Saúde da Mulher poderão encaminhar ao Sistema Único de Saúde os interessados em cirurgias previstas no artigo 3º da presente lei.

Art.7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.



Câmara Municipal de Lajinha

Estado de Minas Gerais

Art.8º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE
SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE. (23/09/2015)

VER. FLÁVIO ELIAS DA SILVA
Presidente da Câmara

Sancionada em 08/10/2015, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo